



Waldemir Barreto/Agência Senado



José Sarney, Walter Pinheiro e Eduardo Braga durante a votação da MP

Senado aprova MP que socorre vítimas da seca

Medida provisória, que caducaria hoje, garante ao Ministério da Defesa R\$ 381 milhões para a compra de equipamentos como carros-pipa, bombas d'água e geradores

A medida provisória (MP) que destina R\$ 381 milhões ao Ministério da Defesa foi aprovada ontem no Plenário do Senado e agora irá para promulgação. A MP 572/12, editada pelo governo quatro meses atrás, perderia a validade hoje. O dinheiro será usado na compra de equipamentos para o Exército, como

carros-pipa, bombas d'água e geradores, a serem utilizados no socorro de comunidades afetadas por desastres naturais — especialmente os municípios nordestinos castigados pela seca. O senador Alvaro Dias criticou o governo por, desde a edição da MP, ter utilizado somente R\$ 400 mil dos R\$ 381 milhões previstos. **3**

Plenário autoriza empréstimo ao Rio de Janeiro **3**

Empresas instaladas em zonas de exportação terão estímulo **7**

Trabalhadores e montadoras querem saída para a crise

Busca pela competitividade sem demissão na indústria de automóveis gera propostas na Comissão de Direitos Humanos. **6**

Limitação de alunos por sala passa em comissão

Segundo projeto aprovado na Comissão de Educação, turmas da pré-escola, do 1º e do 2º ano poderão ter até 25 crianças. **8**

Exportação de cultura do Brasil pode ganhar incentivo fiscal **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Senadores e deputados que integram a CPI do Cachoeira foram unânimes na defesa de período maior para o colegiado

Líderes decidem prorrogar CPI, mas não definem prazo

Líderanças partidárias do Senado e da Câmara decidiram ontem que a CPI do Cachoeira terá mais tempo para trabalhar. No entanto, não chegaram a acordo sobre

a nova data final, que será definida em outra reunião no dia 30, dois dias depois do segundo turno das eleições. Inicialmente, prazo era 4 de novembro. **2**

Márcio Kallume/Agência Senado



Herman Benjamin, Rodrigo Rollemberg e José Eduardo Cardozo na Comissão de Modernização do Código do Consumidor

Publicidade infantil deve ser regulada, diz jurista

O ministro do STJ Herman Benjamin, presidente do grupo que elaborou o anteprojeto da proposta de modernização do Código de Defesa do Consumidor, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participaram de audiência no Senado. **4**

Senado e CGU estudam unificar dados sobre gastos da Copa **5**

Senadores pedem que juiz da Bahia explique em CPI caso de adoções **4**

Decisão foi tomada ontem por representantes partidários. No entanto, a definição do período de prorrogação só deve acontecer no dia 30, após o segundo turno das eleições municipais

CPI será prorrogada, mas ainda falta definir prazo

A CPI DO Cachoeira será prorrogada. A decisão foi tomada ontem por unanimidade em reunião de representantes partidários que integram a comissão. O prazo de prorrogação, no entanto, não foi fixado por falta de acordo. A definição se dará em novo encontro das lideranças em 30 de outubro, dois dias após o segundo turno das eleições.

— Os partidos entenderam que, por estarmos vivendo um período eleitoral, nós não poderíamos contaminar nenhuma discussão de apresentação de relatórios ou outras discussões e requerimentos nesse momento — afirmou o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Até 30 de outubro, não haverá tomada de depoimentos nem apreciação de requerimentos. A comissão, no entanto, não ficará parada, segundo

o vice-presidente, deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

— Teremos, até lá, a possibilidade de fazer um balanço de aonde nós chegamos, a profundidade a que chegamos, o tempo que se necessita para conclusão da CPI — explicou.

A data de encerramento inicialmente prevista era 4 de novembro. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defende a prorrogação por 180 dias. Para isso, são necessárias as assinaturas de 171 deputados e 27 senadores, um terço das duas Casas do Congresso. Ele lembrou os mais de 500 requerimentos que a CPI ainda tem de analisar.

A prorrogação por 180 dias também é defendida pelo PSDB. O líder do partido no Senado, Alvaro Dias (PR), ressaltou que ainda há o recesso de final de ano e o Carnaval. Ele disse que a CPI

precisa examinar a atuação da Delta e das empresas para as quais a construtora transferiu dinheiro.

— Essa não é mais uma CPI só do Cachoeira, é uma CPI Cachoeira-Delta — afirmou.

O relator da comissão, deputado Odair Cunha (PT-MG), disse que, a princípio, tem de apresentar o parecer final até 4 de novembro. Mas disse que, havendo acordo para prorrogar o prazo, vai trabalhar dentro do novo limite.

Na segunda-feira, Carlinhos Cachoeira obteve decisão liminar do desembargador Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para ser solto, mas continua preso preventivamente por conta de outros pedidos de prisão decorrentes da Operação Saint Michel, deflagrada pelo Ministério Público e pela Polícia Civil do Distrito Federal.



Integrantes da CPI do Cachoeira participam da reunião em que decidiram prorrogar os trabalhos

Mesa arquiva impeachment contra ministros do STF

A Mesa do Senado decidiu ontem arquivar os pedidos de impeachment contra os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa. Os pedidos foram arquivados por serem considerados improcedentes. De acordo com a Constituição, o Senado é responsável pelo julgamento de pedidos de impeachment contra ministros do STF, feitos por qualquer cidadão.

A Mesa também aprovou vários requerimentos de informação. Com o objetivo de instruir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 123/11, a chamada PEC da Música, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pede informações à Receita Federal e ao Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior. A proposta isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros, com o objetivo de reduzir o preço dos produtos ao consumidor e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas.

Em outro requerimento, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pede informações sobre a implantação de melhorias na gestão das agências reguladoras. O pedido foi feito com base em várias medidas sugeridas pelo Tribunal de Contas da União para o incremento da governança das agências.

Alvaro Dias (PSDB-PR) quer informações do governo sobre a diferença de preços no pagamento dos medicamentos que integram o Programa Farmácia Popular.

Relatório parcial do pacto federativo fica para o dia 30

A entrega do relatório parcial da comissão de especialistas instituída pelo Senado para propor mudanças na legislação sobre o pacto federativo, que aconteceria hoje, foi marcada para o dia 30.

No relatório final, as sugestões da comissão para reduzir o desequilíbrio entre as unidades da Federação estarão reunidas em nove anteprojeto de lei e duas sugestões a propostas que já tramitam no Congresso. Entre os anteprojeto, estão os quatro temas priorizados pela comissão: distribuição dos royalties do petróleo, Fundo de Participação dos Estados, guerra fiscal e dívidas dos estados.

A comissão é dirigida pelo ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim e tem como relator o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel.

Sarney é convidado para inauguração da Usina de Estreito

O presidente do Senado, José Sarney, foi convidado ontem por Franklin Feder, presidente da Alcoa para a América Latina e Caribe, para a inauguração da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). O evento está marcado para hoje e contará com a presença da presidente Dilma Rousseff, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Sarney também recebeu visita da presidente da Fundação Demócrito Rocha, Luciana Dummar, que propôs parceria em projeto de educação a distância para capacitação de vereadores.

Fórum propõe avaliar a primeira década do século

“Avaliar a primeira década do século 21 e pensar o futuro — Brasil: construção permanente” é o tema da segunda etapa do Fórum Senado Brasil 2012, de 23 a 25 de outubro, no Auditório do Interlegis, às 18h. O primeiro palestrante, no dia 23, será o psiquiatra Benilton Bezerra, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No dia 24, será a vez do historiador Francisco Carlos Teixeira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No último dia, o filósofo Auterives Maciel apresentará a palestra “Construção e degradação do Brasil — quando o interesse se sobrepõe ao desejo”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: PAC Equipamentos

14h Tem prioridade para votação a MP 573/12, que integra o PAC Equipamentos e libera a nove ministérios R\$ 6,8 bilhões para compra de ônibus, trens, tratores e maquinários.

PRESIDÊNCIA: Hidrelétrica de Estreito

9h O senador José Sarney participa de inauguração da Usina Hidrelétrica de Estreito, no Maranhão. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS: Estatuto da Juventude e cuidador de idoso

9h Na pauta da comissão, a proposta que institui o Estatuto da Juventude e, em turno suplementar, o projeto que disciplina a profissão de cuidador de idosos.

CCT: Limites de radiação

9h Consta da pauta iniciativa que impõe limites máximos de radiação aceitáveis após o encerramento de atividades em instalações radioativas, além de projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em todo o país.

CE: Educação e federalismo em debate

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública dentro do ciclo de debates sobre educação e federalismo.

CCJ: Sabatina de Teori Zavascki

10h Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatinam Teori Zavascki, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

CMMC: Preparação para COP-18

14h Audiência pública sobre a política nacional sobre mudança do clima e a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, conhecida como COP-18. A comissão reuniu em Doha, no Catar, entre os dias 26 de novembro e 7 de dezembro.

CDR: Casas populares

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa, em decisão terminativa, projeto que concede a municípios carentes incentivos para construção de casas populares.

CI: Regime especial para indústria petrolífera

14h A Comissão de Serviços de Infraestrutura deve analisar projeto que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repeneq).

CMO: Créditos extraordinários

14h30/18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento examina projetos que autorizam a liberação de créditos para ministérios e órgãos públicos.

CPI DA MULHER: Votação de requerimentos

14h Reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher para votação de requerimentos.

FGTS: Definição de relator

15h Reunião para designação de relatoria e ajuste no calendário de atividades da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segundo Jarbas, Ulysses foi “herói da ética, da honradez e da combatividade”

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lembrou ontem em Plenário a luta do deputado Ulysses Guimarães pela democracia. Segundo o senador, Ulysses, que morreu há 20 anos, foi “um herói da ética, da honradez e da combatividade”:

— Pautou sua conduta visando à defesa da democracia como instrumento indispensável para a transformação da sociedade brasileira numa

comunidade harmônica, desenvolvida e igualitária.

Jarbas pediu que a série “A História de Mora”, do jornalista Jorge Bastos Moreno, e publicada no jornal *O Globo* de outubro de 2011 a outubro de 2012, fosse incluída nos Anais do Senado. São 50 capítulos da história brasileira contados sob a percepção romanceada da mulher que acompanhou Ulysses por 36 anos, Mora Guimarães.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Renan cita papel do deputado no fim da ditadura e na elaboração da Constituição

Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que “a vida de Ulysses Guimarães e a trajetória do PMDB se misturam com a história e com o futuro do Brasil”.

— Foi o PMDB de Ulysses que costurou a distensão, a anistia, que acabou com o bipartidarismo, com o processo espúrio do colégio eleitoral e que puxou o corovitorioso das Diretas Já. Foi o PMDB que comandou as últimas revoluções do país, muito embora tenham sido

revoluções silenciosas.

Morto há 20 anos, Ulysses Guimarães foi homenageado segunda-feira em sessão solene do Congresso Nacional.

Lembrando que neste ano o PMDB completa 46 anos, Renan disse que grande parte das bandeiras políticas, institucionais, econômicas e sociais do partido foi “concebida e conduzida pelas mãos serenas, porém firmes de Ulysses”. Ele mencionou o protagonismo de Ulysses na elaboração da Constituição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Era preciso ter coragem para ser o líder da oposição ao regime militar, afirma Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou ser preciso manter viva a memória de Ulysses Guimarães, homenageado em sessão solene do Congresso na segunda-feira.

O senador lembrou a trajetória de Ulysses como líder da oposição ao regime militar.

— Era preciso muita coragem. Ulysses Guimarães ocupou tal posto, o de líder da oposição, a partir de 1971, momento dos mais duros do regime militar, em que o

estado de direito era ficção.

Jucá citou o esforço de Ulysses pela anistia, pelas eleições diretas e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

— No discurso que fez em 5 de outubro de 1988, quando a Constituição federal foi promulgada, Ulysses afirmou que [ela] certamente não era perfeita: “Discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca” — ressaltou o senador.

Político até hoje serve de exemplo para o país, diz deputado em sessão do Congresso

Na sessão de homenagem no Congresso, anteontem, o deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) lembrou as “pregações” de Ulysses Guimarães pela restauração da democracia. Na Assembleia Nacional Constituinte (1987—1988), Ulysses foi presidente e Benevides foi vice.

O deputado afirmou que a memória de Ulysses deve ser exemplo para os políticos:

— Assim estaremos reverenciando sua memória e tornando-a imorredoura.

A persistência de Ulysses foi lembrada pelo líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) disse que Ulysses pensou no futuro, ao criar na Constituição uma rede de proteção do cidadão, com a previdência, a assistência social e a saúde.

O neto caçula de Ulysses, Tito Enrique Silva, disse que até hoje ouve palavras de carinho lamentando a “falta que faz o doutor Ulysses”.

Senadores aprovam MP que socorre vítimas da seca

Medida provisória, que perderia validade hoje, destina R\$ 381 milhões à Defesa para compra de carros-pipa e bombas d’água; equipamentos devem atender principalmente a população do Nordeste

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem uma medida provisória que destina R\$ 381 milhões ao Ministério da Defesa (MP 572/12). O dinheiro será usado na compra de equipamentos para o Exército, como carros-pipa, bombas d’água e geradores, a serem utilizados no resgate de localidades atingidas por desastres naturais, como a seca, especialmente na Região Nordeste.

Como já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados, a MP agora irá para a promulgação. Se não tivesse sido votada, a medida provisória perderia a validade hoje.

De acordo com o relator da MP, Sérgio Souza (PMDB-PR), o Nordeste ciclicamente enfrenta um “longo e árduo

período de estiagem. Ele lembrou que o Sudeste e o Sul também sofrem com os prejuízos causados pela seca.

— Medidas como essa amenizam, de forma imediata, o sofrimento das populações atingidas — disse.

O senador, porém, afirmou que a MP sozinha não resolverá todos os problemas. Ele citou, como medida necessária, a proposta que cria nova Política Nacional de Irrigação. A proposta, que tramita no Senado como um substitutivo da Câmara ao PLS 229/95, incentiva o aumento da área irrigada na agricultura.

Baixa execução

Alvaro Dias (PSDB-PR) reconheceu a relevância e a urgência da MP aprovada

ontem, porém afirmou que os recursos tiveram, até este momento, uma baixa execução.

De acordo com o senador, quatro meses depois de o governo federal editar a medida, foram gastos apenas R\$ 400 mil dos R\$ 381 milhões destinados às vítimas da seca no Nordeste.

— Não há competência de gerenciamento, não se demonstra capacidade de execução nem mesmo quando há urgência e relevância. Trata-se de vidas, trata-se do sofrimento de populações pobres. O senador pediu ao governo que repassasse os recursos no momento adequado. Ao retardar as ações, segundo ele, o governo “praticamente anula seus efeitos e, na melhor das hipóteses, reduz a eficácia da medida adotada”.



Moradores da Região Metropolitana de João Pessoa recebem água de carros-pipa enviados pelas autoridades locais

RJ recebe autorização para obter verba do BID

Os senadores aprovaram ontem o projeto (PRS 53/12) que autoriza o estado do Rio de Janeiro a obter empréstimo de até US\$ 60 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar parte do Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro.

O programa cria oportunidades educacionais e profissionais para jovens moradores de comunidades atendidas pelas unidades de polícia pacificadora (UPPs).

Como contrapartida da verba do BID, o governo do Rio precisa aplicar US\$ 24,55 milhões na ação.

— Temos o dever de abrir

para a juventude as portas da restauração e da esperança. Precisamos dar aos jovens a oportunidade que merecem — disse o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

O projeto foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora vai para a promulgação.

Plenário aprova tratado com a China e convenção da ONU

O Plenário aprovou, em votação simbólica, o Projeto de Decreto Legislativo 222/11, que ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. A convenção uniformiza as leis nacionais sobre a venda de bens.

Também em votação simbólica, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 474/11, que ratifica o tratado entre o Brasil e a China sobre auxílio judicial em matéria civil e comercial.

BA e MT esperam liberação para obter empréstimo do exterior

Vão para o Plenário, em urgência, dois pedidos de autorização de empréstimo da Bahia e de Mato Grosso. As operações foram aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos. Para a Bahia, são US\$ 700 milhões do Banco Mundial para o Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado. Para Mato Grosso, US\$ 15 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária.

Presidente de grupo que elaborou anteprojeto para atualização do Código do Consumidor e ministro da Justiça destacam necessidade de revisão das regras sobre comércio eletrônico e contra endividamento

Publicidade infantil precisa de normatização, diz jurista

O BRASIL PRECISA enfrentar o tema da publicidade infantil e ter uma posição clara a respeito do assunto, disse o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin, que presidiu a comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC — Lei 8.078/90).

Para Benjamin, a publicidade infantil deve ser tratada em projeto de lei específico e receber tratamento sério do Congresso. Ele participou ontem da primeira audiência pública da comissão temporária do Senado que examina a modernização do código.

O relator da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), também disse que o Brasil precisa legislar sobre o assunto. O senador informou que Suécia, Noruega, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Irlanda, Dinamarca, Holanda, Áustria, Portugal, Luxemburgo, Itália e Grécia já adotaram medidas para o con-

trole da publicidade infantil.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sugeriu estudos para constatar o resultado das medidas adotadas nesses países, nos aspectos positivos e negativos. Cardozo informou que a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, assinou convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para aprofundar estudo da questão e dar segurança jurídica às decisões que forem tomadas.

— Um bom estudo científico pode colocar parâmetros objetivos, seja na correção ou na falsidade de nossas impressões, seja na contenção em relação aos interesses que possam querer suplantar os interesses públicos — afirmou.

Endividamento

Cardozo destacou ainda a importância de o código prever instrumentos para evitar que o consumidor fique superendividado. O presidente da

Comissão de Modernização do CDC, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), sugeriu que o consumidor seja obrigado a informar o grau de endividamento, antes de assumir novos compromissos financeiros.

Cyro Miranda (PSDB-GO) defendeu que o CDC recomende a adoção pelo governo de medidas de educação financeira aos consumidores.

Outro ponto discutido foi o comércio eletrônico. Há dúvidas sobre as responsabilidades quanto à proteção do consumidor nesse tipo de transação, especialmente na aquisição de passagens aéreas. Herman Benjamin disse que os juristas preferiram tratar a questão na forma de princípios gerais e deixar a definição de regras específicas para os senadores.

— Temos que agregar aos princípios gerais um mínimo de concretude, exatamente para reduzir a discricionariedade do juiz, que acaba funcionando contra o próprio consumidor — considerou.



Lídice pede informações também ao Conselho Nacional de Justiça



Davim afirma que o juiz rasgou o Estatuto da Criança e do Adolescente

Senadores querem que juiz explique adoções na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Davim (PV-RN) pediram à CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil que convide o juiz Vitor Manoel Xavier Bizerra, que atuava na comarca de Monte Santo (BA), para explicar denúncias do programa *Fantástico*, da TV Globo, sobre esquema de adoção ilegal na Bahia.

Segundo a reportagem, o juiz ordenou que cinco crianças de uma mesma família fossem retiradas da casa dos pais pela polícia e entregues para adoção. Os senadores apontaram irregularidades no processo.

— Esse processo de adoção não seguiu os trâmites legais. Não houve a oitiva com os pais das crianças. A decisão foi tomada ao arrepio da lei porque não obedeceu à obrigatoriedade da oitiva também do conselho tutelar e do Ministério Público — disse o senador.

De acordo com Davim, as crianças foram “arrancadas do seio familiar sem nenhuma justificativa”. Ele relatou que as crianças frequentavam a escola e desfrutavam “o zelo,

carinho e amor dos pais”.

— Esse juiz rasgou o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas principalmente rasgou os princípios de solidariedade, da ética e os princípios da humanidade — criticou o senador.

Lídice acrescentou que pediu informações também ao Conselho Nacional de Justiça, ao Tribunal de Justiça da Bahia e ao Ministério Público da Bahia. Ela anunciou ainda que o relatório da CPI do Tráfico de Pessoas está em fase final de elaboração.

— Desejamos apresentá-lo o mais rapidamente possível, dada a importância e a gravidade do tema — afirmou a senadora.

Em discurso, Lídice ainda comemorou o Dia Mundial da Alimentação, criado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) com o objetivo de alertar e conscientizar a opinião pública para as questões globais relacionadas à nutrição e à alimentação, com destaque para a luta contra a fome, que atinge várias populações ao redor do mundo.



Herman Benjamin, ministro do STJ, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg e José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça

“É impossível oferecer crédito sem juros”

Durante a audiência, Herman Benjamin disse que o ingresso de quase 40 milhões de brasileiros ao universo do consumo desde 1990, quando passou a vigorar o CDC, justifica a atualização do código.

Para o ministro do STJ, hoje “todos os consumidores são enganados com relação aos juros”. Um dos projetos analisados pela comissão de juristas que ele presidiu, o PLS 283/12, obriga os fornecedores a dar informações minuciosas ao consumidor sobre os custos efetivos dos créditos e proíbe a publicidade de qualquer oferta de crédito (como o parcelamento do pagamento de um produto) sem juros.

Sobre o comércio eletrônico, as principais mudanças no CDC foram propostas pelo PLS

281/12: garantia de privacidade e segurança das transações e direito à informação sobre o prazo de validade da oferta e da entrega. Ainda por esse projeto, o consumidor só receberá *spam* (e-mails não solicitados enviados para um grande número de pessoas) quando já tiver relacionamento com um setor produtivo ou quando autorizar expressamente o recebimento das mensagens.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que é preciso atualizar a aplicação do CDC, já que o Poder Judiciário está “inundado” de ações individuais de pequenas causas. O terceiro projeto analisado, o PLS 282/12, visa regulamentar as ações coletivas e das experiências de jurisprudência para tratar

demandas semelhantes.

— No anteprojeto se investe na conciliação, que é a forma mais rápida de resolver os conflitos de consumo; cria-se um cadastro nacional de processos coletivos, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta; e se investe na prioridade de processamento e julgamento das ações coletivas — explicou Benjamin.

Os PLSs 281, 282 e 283/12 são de autoria de José Sarney (PMDB-AP). Benjamin explicou que, durante a preparação do anteprojeto, a comissão de juristas fez mais de 50 audiências públicas, técnicas e reuniões individuais em várias cidades do Brasil com setores ligados à defesa do consumidor, o que proporcionou consenso em torno dos três assuntos.

Tráfico de pessoas aumenta no mundo todo, alerta Paim

Paulo Paim (PT-RS) alertou ontem para o crescimento do tráfico internacional de pessoas, crime que, segundo informou, movimenta US\$ 32 bilhões anualmente e só perde para o comércio irregular de drogas e de armas.

O senador disse que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 2,4 milhões de pessoas são traficadas todo ano, por meio de 241 rotas de transporte ilegal, das quais 110 passam pelo Brasil.

— O destino de quase todas as vítimas é o trabalho escravo, o mercado clandestino de órgãos e tecidos, a exploração sexual e a prostituição forçada — lamentou.

Segundo Paim, as vítimas do tráfico de pessoas são fragilizadas por condições adversas, presas a dívidas impagáveis e privadas até dos próprios documentos. Ele cobrou mais ação das autoridades



Paim informa que 2,4 milhões de pessoas são traficadas a cada ano

brasileiras no combate ao crime. Segundo ele, Goiás é o estado de onde sai o maior número de pessoas, seguido por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

— Centenas de sites suspeitos acenam com ofertas tentadoras, prometendo uma vida de sonho no exterior, emprego, passagens aéreas, moradia, alimentação e até estudos. Tudo mentira. Estão tentando, na verdade, aliciar mais gente — afirmou Paim.

Dados sobre a Copa 2014 poderão ser unificados

Comissão do Senado, Controladoria-Geral da União e TCU debateram ontem forma mais eficiente para inserir informações em sites que acompanham gastos com o evento

A UNIFICAÇÃO DE informações nos sites mantidos pelo Senado e pela Controladoria-Geral da União (CGU) para acompanhar os investimentos destinados à Copa de 2014 foi debatida ontem em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os gestores responsáveis por contratos nos âmbitos federal, estadual e municipal são obrigados a disponibilizar as informações sobre projetos e obras tanto na página da CGU quanto na do Senado — esta sob a responsabilidade da CMA.

No entanto, o risco de os dados repassados em duplicidade gerarem divergências e dificultarem o acompanhamento dos gastos pela sociedade levou os dois órgãos, além do Tribunal de Contas da União (TCU), a avaliarem a unificação do cadastro.

A representante da CGU, Tatiana Zolhof Panisset, ofereceu duas alternativas. Em ambas, a instituição concentraria o recebimento dos dados informados pelos gestores e os repassaria para o Senado. A questão seria definir se o Senado receberia as informações brutas de imediato ou esperaria pelas processadas e validadas pela CGU.



Tatiana Panisset (CGU), Marcelo Eira (TCU), senadores Cassol e Rollemberg e o consultor do Senado Orlando Cavalcante durante o debate de ontem na CMA

— Para quem alimenta o sistema [gestores], há ganho de tempo e de recursos. Para a administração pública, há melhoria na qualidade da informação prestada — afirmou Tatiana, observando que a medida não afetaria a independência entre os Poderes (Executivo e Legislativo), pois cada um manteria o próprio site.

No entanto, Pedro Taques (PDT-MT) levantou dúvidas sobre a eficácia da parceria.

— Sem fazer juízo prévio da CGU, eu tenho receio de o Congresso, e mais especificamente o Senado, por meio desta comissão [CMA], estar abrindo mão de exercer a missão de fiscalizar o Executivo

estabelecida pela Constituição federal — assinalou o parlamentar.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), endossou a preocupação. Apesar de concordar que o compartilhamento de dados vai dar maior confiabilidade aos portais da Copa 2014, ele defendeu o acesso do Senado a informações brutas e repassadas em tempo real.

Sites

O site mantido pela CMA é o Copa Transparente (www.copatransparente.gov.br). Já a CGU é responsável pela página Copa 2014 — transparência em 1º lugar (www.portaltransparencia.gov.br/copa2014).

Representante do TCU destaca controle feito pelo Legislativo

As considerações feitas por Taques e Rollemberg tiveram o respaldo do representante do TCU no debate, Marcelo Luiz da Eira. Ele vê com bons olhos a iniciativa de unificar a entrada de dados sobre a Copa, mas teme que o fim da alimentação direta do Copa Transparente pelos gestores afete o controle externo do Legislativo sobre o Executivo.

— A validação dos dados da CGU é importante para evitar erros grosseiros, mas

é importante que os dados sejam mantidos íntegros para o caso de o TCU [órgão auxiliar do Legislativo] precisar atuar.

O consultor-geral de Orçamentos do Senado, Orlando de Sá Cavalcante Neto, chamou a atenção para a necessidade de a uniformização dos dados ser formalizada via convênio. O documento traria segurança jurídica às ações da CGU e do Senado, além de fortalecer a fiscalização dos recursos.

Projeto de Simon restringe viagens em aviões oficiais

Projeto de lei que visa impedir o uso indevido de aeronaves oficiais — para viagens particulares, por exemplo — foi aprovado ontem pela CMA. O próximo passo na tramitação será o exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

“A utilização de transporte aéreo para autoridades civis em aeronave sob a administração do Comando da Aeronáutica é uma atividade importante e necessária, mas ocorre que a opinião pública é surpreendida com denúncias de excessos por parte de autoridades”, argumenta o autor da proposta (PLS 169/08), Pedro Simon (PMDB-RS).

O texto determina que o uso das aeronaves oficiais deve ser feito somente “para o desempenho de atividades próprias dos serviços públicos e de missões oficiais”. O projeto recebeu voto favorável de Pedro Taques (PDT-MT). Se aprovado na CAE, o texto segue para a Câmara.

Comissão aprova isenção de IPI para reciclagem

Empresas, cooperativas e associações que trabalham com reciclagem poderão ter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas compras de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos — desde que fabricados por países integrantes do Mercosul.

Esse é o objetivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 169/08, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), também aprovado ontem pela CMA. O texto teve voto favorável do relator, Ivo Cassol (PP-RO).

De acordo com a proposta, a forma de aplicação da isenção será definida em regulamento. Cassol apontou possíveis problemas em artigo que se refere à renúncia de receitas, em face das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas argumenta que a análise caberá à CAE, onde o projeto receberá decisão final, antes de ser enviado à Câmara.

Advertência em rótulos de alimentos com tartrazina

Advertência sobre reações alérgicas ao corante tartrazina deverá constar em rótulos de alimentos e remédios, segundo projeto de lei que foi aprovado ontem na CMA e será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor da proposta (PLS 428/11), Jorge Viana (PT-AC), justificou que há vários relatos médicos de reações alérgicas provocadas pela substância, como asma, bronquite, rinite, náusea, broncoespasmo, urticária, eczema e dor de cabeça.

O senador também observou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) editou norma para exigir advertência em bulas e embalagens de remédios. No caso dos alimentos, a agência estabeleceu apenas a obrigatoriedade de indicar a tartrazina na lista de ingredientes. O relator, Clovis Fecury (DEM-MA), apresentou parecer favorável ao projeto.

Vanessa elogia decreto sobre Lei de Cotas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a regulamentação do sistema de cotas em universidades e escolas técnicas federais para alunos de escolas públicas com critérios complementares de renda e étnico-raciais. Decreto e portaria com as regras que facilitam o ingresso de estudantes da rede pública em instituições federais de ensino superior foram publicados segunda-feira no *Diário Oficial da União*.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— É um passo importante no sentido de construir um novo país. Um país em que a igualdade seja a marca principal — disse.

A Lei de Cotas (Lei 12.711/12) define que ao menos 50% das vagas sejam ocupadas pelo sistema de cotas, índice a ser atingido em quatro anos. No primeiro ano, o percentual mínimo será de 12,5%. As regras devem ser aplicadas para ingresso de novos alunos já no primeiro semestre de 2013.

Casildo lembra Guerra do Contestado

“A luta pela terra e pelo trabalho, do fraco contra o forte, do caboclo contra o capital estrangeiro.” Assim Casildo Maldaner (PMDB-SC) definiu a Guerra do Contestado, que no próximo dia 22 completa cem anos.

Em discurso, o senador lembrou os conflitos armados que estouraram no sul do país em outubro de 1912 com a revolta da população contra os representantes dos Poderes federal e estadual.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador explicou que o estopim foi a construção de uma estrada de ferro que ligava a província de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Com a obra, uma construtora norte-americana ganhou do governo brasileiro todas as terras ao longo da ferrovia, doação contestada pelos agricultores que cultivavam erva-mate e exploravam madeira na região. Foram quatro anos de confrontos, fortemente reprimidos pelo governo federal.

Bauer cobra obras em rodovias de Santa Catarina

Waldemir Barreto/Agência Senado



Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que a duplicação das rodovias federais que cortam Santa Catarina é fundamental

para o desenvolvimento do estado e também do Vale do Itajaí e permitiria o escoamento da produção pelos Portos de Navegantes, Itapoá e São Francisco do Sul.

O senador comentou editorial do jornal *A Notícia* sobre lançamento de edital de duplicação de trecho de 14 quilômetros da rodovia, com a presença da ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. O texto lembra que hoje seria possível transitar na rodovia caso tivesse sido cumprida promessa feita por Dilma Rousseff em maio de 2008, quando era ministra da Casa Civil.

Randolfe questiona falta de combustível no Amapá

Waldemir Barreto/Agência Senado



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) anunciou ontem que protocolou requerimento para que o ministro de

Minas e Energia, Edison Lobão, esclareça a situação de desabastecimento no Amapá. Segundo o senador, a falta de gasolina e etanol é mais grave na capital, Macapá.

— A cidade de Macapá amanheceu em uma situação de completo caos. Eram filas quilométricas nos postos — relatou o senador.

Randolfe pediu ao ministro e à Agência Nacional do Petróleo (ANP) que tomem medidas urgentes para resolver o problema. Segundo o senador, a crise no estado “é dramática e terrível”, pois impede o direito constitucional de ir e vir, em virtude da falta de combustível.



Gerardo Magela/Agência Senado

Entre representantes dos trabalhadores e das empresas, Paim (C) destaca a importância do diálogo para uma solução

Indústria automobilística busca avanço sem demissão

Sindicalistas e representantes das montadoras divergem na Comissão de Direitos Humanos, mas concordam que o diálogo pode ajudar a conseguir competitividade sem reduzir vagas de trabalho

A COMPETITIVIDADE DA indústria automobilística no Brasil depende de cortes de salários e de benefícios dos trabalhadores? A questão dominou o debate sobre as recentes demissões nas montadoras de veículos, ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Representantes das montadoras e dos sindicatos confrontaram diferentes visões sobre as saídas para os problemas do setor. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego fez ponderações sobre os argumentos dos dois grupos. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), destacou a importância do diálogo para promover a competitividade sem comprometer os direitos dos trabalhadores.

Para José Maria de Almeida, da central sindical Conlutas, tem havido leilão dos direitos

dos trabalhadores quando uma montadora se transfere de região. Para ele, o governo deve suspender incentivos fiscais quando não se cumprirem compromissos sociais.

João Alceu da Cunha, diretor da Renault do Brasil, e Carlos Ogliari, dirigente da Volvo, mostraram-se confiantes na capacidade de superar a crise.

5% do PIB nacional

Para o presidente da Comissão de Relações de Produção da Anfavea, Adauto Duarte, incentivos se justificam porque o setor é responsável por 22% do PIB industrial e 5% do PIB do país. Mas alertou para riscos.

— Se um carro fabricado lá fora chega mais barato aqui, o consumidor vai preferir esse carro e, com isso, o Brasil perde competitividade — disse.

Marcos Souza, diretor da

Mercedes-Benz do Brasil, disse que a gestão da crise na economia tem sido possível devido à maturidade das relações entre as unidades industriais e os sindicatos.

Apesar de também apontar o diálogo como solução, Luiz Moan, da General Motors (GM) do Brasil, citou dificuldades, como excedente de pessoal, e disse que a empresa busca remodelar a planta industrial.

Representando o Ministério do Trabalho, Mauro Souza lembrou que o governo oferece incentivos e conta com manutenção de empregos e investimentos. Ele ressaltou que a competitividade não pode ser obtida com prejuízos dos trabalhadores. Sobre a diferença de salários nas mesmas empresas, disse não ter certeza de que a solução seja um contrato coletivo nacional.

GM pode cortar 1.600 empregos em São Paulo

Na opinião de Paim, o debate mostrou que há disposição para conciliação e manutenção dos empregos. Ele se disse convencido de que serão evitadas as 1.600 demissões anunciadas pela GM em São José dos Campos (SP) devido a possível transferência de produção para a Argentina.

De acordo com Antonio Ferreira de Barros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região,

o sindicato fechou acordo para prorrogar até janeiro a suspensão temporária do contrato de trabalho que terminaria em novembro. Mas o diretor da empresa alegou que se trata de processo de realocação para garantir empregos no futuro.

— Não reduziríamos a produção num complexo industrial formado por oito fábricas se não tivéssemos um problema maior de sobrevivência — afirmou Luiz Moan.

Almeida, da Conlutas, disse que a GM tem se recusado a discutir novos projetos, preferindo demitir e trazer carros fabricados na Argentina. Moan negou que a montadora seja movida por ganância e reafirmou a responsabilidade social da empresa. O representante do Ministério do Trabalho defendeu a qualificação dos trabalhadores, sem deixar de apoiar a prorrogação dos contratos de trabalho.

Pinheiro enumera investimentos públicos na Bahia

Ao comemorar a aprovação pelo Senado da autorização de crédito externo de US\$ 700 milhões para a Bahia, Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o atual ciclo de desenvolvimento do estado conta também com significativos recursos dos governos federal e estadual.

O senador disse que o empréstimo no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) comporá mais de R\$ 5,5 bilhões nos próximos anos. Como exemplo de destino dos recursos, ele citou os serviços públicos, aperfeiçoamento da infraestrutura logística, saneamento e abastecimento de água.

Pinheiro afirmou que Salvador está se reestruturando graças a investimentos estaduais e federais.

Ferraço aponta descaso com aeroporto capixaba

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou a situação do aeroporto de Vitória e criticou as autoridades aeroportuárias pelo descaso com os capixabas. Ele lembrou que as obras de modernização do aeroporto, que tem problemas estruturais e de superlotação, estão paradas há quatro anos.

Segundo o senador, a taxa de ocupação do aeroporto de Vitória chega a ser cinco vezes maior que a capacidade instalada, o que submete os passageiros a desconforto e insegurança. As obras, iniciadas em 2005, foram embargadas em 2008 depois que irregularidades foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União. O senador aprovou a investigação, mas disse que não há sentido para uma paralisação tão longa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)



Delcídio do Amaral (E), Jorge Viana (em pé), Walter Pinheiro e Ana Amélia em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos



Wellington diz que Piauí já tem área a ser destinada a ZPE, em Parnaíba

Empresa de ZPE poderá vender no mercado interno 40% do que produz

Projeto que prevê modificações para estimular as zonas de processamento de exportação é aprovado em caráter terminativo na CAE

AS EMPRESAS INSTALADAS em zonas de processamento de exportação (ZPEs) terão permissão para destinar ao mercado interno até 40% da produção, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Hoje, ao menos 80% são obrigatoriamente exportados.

Ainda de acordo com o projeto (PLS 764/11), empresas da área de software poderão destinar ao mercado interno a metade do que fabricam nas ZPEs. O texto foi aprovado na forma de substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) ao projeto de Lídice da Mata (PSB-BA).

O objetivo da proposta é estimular as ZPEs, apontadas pelos senadores como instrumento importante de desenvolvimento de países como China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan.

O projeto estabelece ainda que o atendimento integral da cota de exportação só passaria a ser cobrado a partir do terceiro ano de funcionamento.

O substitutivo propõe tratamento diferenciado para as ZPEs do Norte e Nordeste, que poderão exportar gradativamente de 20% até 60% da produção em três anos, o que Viana justifica pelas dificuldades de logística e custos para instalação de empresas nessas regiões. O senador, no entanto, lembrou que a ZPE do Acre, por exemplo, foi criada por último e é uma das que mais avançou.

O texto também prevê às empresas titulares de projetos aprovados para implantação em ZPE a faculdade de importar ou adquirir bens de capital no mercado interno, com os benefícios do regime, antes que ocorra o alfandegamento da área da zona de processamento. Segundo Viana, a alteração é relevante sobretudo para investimentos de grande porte (como usinas siderúrgicas), que precisam adquirir bens de capital não disponíveis para pronta entrega.

O substitutivo permite que a exportação possa ser

viabilizada por meio de *trading* (empresas que fazem a intermediação entre o exportador e o importador).

A proposta esclarece ainda que a exportação de produtos nacionais sem que tenha ocorrido a saída do território brasileiro será admitida quando destinados a empresa sediada no exterior, ainda que a utilização se faça por terceiro sediado no país.

Depois de votação em turno suplementar, prevista para 30 de outubro, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Descentralização

Wellington Dias (PT-PI), que foi relator do projeto das ZPEs na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e Jorge Viana comemoraram em Plenário a aprovação da proposta na CAE.

Segundo Wellington, “a ideia do projeto é tornar o mecanismo das ZPEs mais ágil e competitivo, contribuindo para gerar mais empregos,

aumentar o valor agregado das exportações e contribuir para a correção do desequilíbrio entre as regiões”.

— Vai ainda nivelar as zonas de processamento, permitindo uma concorrência mais justa com as de outros países, já que o projeto faz uma adequação da legislação brasileira ao que vem sendo aplicado em ZPEs no exterior — afirmou.

Wellington explicou que o Piauí já tem uma área pronta a ser destinada para a ZPE, em Parnaíba, e vai pleitear a ZPE dos Cerrados, em área que será servida pela Ferrovia Norte—Sul.

Além de estimular a implantação de mais ZPEs, Viana afirmou que o Brasil ficará mais competitivo no mercado internacional. Ele citou a Argentina, que exporta US\$ 36 bilhões a partir das zonas especiais de economia.

O senador ainda informou que, no mundo, os empregos diretos gerados em ZPEs saltaram de 1 milhão na década de 1980 para 66 milhões em 2006.

Jucá propõe “grande renegociação” das dívidas de prefeituras



O esfriamento da economia e as desonerações promovidas pelo governo levaram à diminuição de arrecadações dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), destacou Romero Jucá (PMDB-RR), defendendo uma grande renegociação das dívidas de estados e municípios com o INSS. Segundo ele, muitos municípios já renegociaram dívidas com a Receita Federal, mas as parcelas para pagamento são fixas, o que prejudica as prefeituras quando a arrecadação cai. Jucá propõe que o valor das parcelas seja proporcional à receita de cada ente da Federação.

Ângela Portela defende novos critérios para divisão do FPE



O Congresso contribuirá para um Brasil com menos desigualdades regionais ao estabelecer novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados, disse Ângela Portela (PT-RR).

Segundo a senadora, em 2012 serão transferidos para o FPE pela União R\$ 69,7 bilhões, “o que ajuda a atenuar as disparidades econômicas entre os estados”. Ângela lembrou que a revisão do FPE levará a mudanças no FPM, que responde por 60% das receitas disponíveis dos pequenos municípios.

— Dessa discussão depende a viabilidade econômica dessas cidades — afirmou.

Ana Amélia diz que Brasil precisa recuperar competitividade



A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) deve ter papel estratégico e não apenas tático, defendeu Ana Amélia (PP-RS). Para a senadora, a Medida Provisória 576/12, que cria a estatal, precisa receber ajustes na Câmara e no Senado para que possa atender a contento e de maneira mais eficiente as necessidades do país de competir no mercado internacional.

Ana Amélia disse que o foco do país não deve ser apenas portos e ferrovias, mas também rodovias e hidrovias.

— Precisamos aperfeiçoar a MP, torná-la moderna e funcional — defendeu.

Tomás Correia pede a regulamentação de lei sobre material esportivo



Tomás Correia (PMDB-RO) cobrou a regulamentação, pela Receita Federal, da lei que concede, até dezembro de 2015, isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados na importação de equipamentos ou materiais esportivos destinados a competições, treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras. A Lei 12.649/12, aprovada na forma da MP 549/11, foi sancionada em maio.

Tomás também comemorou a nomeação pelo papa Bento XVI do padre Vital Corbellini para bispo de Marabá (PA).

Braga comemora investimentos no setor elétrico do Amazonas



O contrato para a construção de uma nova usina de geração de energia elétrica de 600 megawatts em Manaus, assinado durante visita do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, à cidade, foi elogiado por Eduardo Braga (PMDB-AM). O senador ressaltou o fato de que a integração do Amazonas ao sistema nacional de energia elétrica atrai o interesse da indústria, melhora a competitividade e gera mais empregos. Ele ainda destacou a obra do Linhão de Tucuruí (linha de transmissão de energia que liga Amazonas, Amapá e Pará), com conclusão prevista para julho de 2013.

Aprovado fim do IR sobre juros por atraso em salário

A CAE também aprovou ontem o fim da incidência de Imposto de Renda (IR) sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente do exercício de emprego, cargo ou função. Agora a proposta (PLS 639/11) segue para a Câmara se não houver recurso para que seja analisada pelo Plenário do Senado.

O relatório do senador Fernando Collor (PTB-AL) considerou o projeto do senador licenciado Valdir Rupp (PMDB-RO) “excelente exemplo” de iniciativa que contribui para o aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional e das relações entre contribuintes e fisco.

Comissão de Orçamento tem reuniões hoje

As reuniões da Comissão Mista de Orçamento (CMO) previstas para ontem foram canceladas por falta de quórum. Foram mantidas na pauta as reuniões marcadas para hoje às 14h30 e às 18h.

Entre os projetos que poderão ser votados, os PLNs 15/12 e 21/12 são os de maior valor. Cada um libera mais de R\$ 1 bilhão para órgãos do Executivo. O primeiro abre crédito de R\$ 1,7 bilhão para os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte. Já o segundo libera R\$ 1,2 bilhão para os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Comissão aprova incentivo à cultura para exportação

Arte brasileira no exterior terá o mesmo tratamento tributário oferecido às exportações de mercadorias, segundo projeto

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem que exportações de serviços culturais de empresas enquadradas no Simples Nacional recebam o mesmo tratamento tributário oferecido às exportações de mercadorias. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 270/12 segue agora para decisão do Plenário.

A relatora do projeto, Ana Amélia (PP-RS), lembrou que a ideia foi sugerida pela cantora baiana Daniela Mercury, com a intenção de beneficiar artistas brasileiros que fazem turnês internacionais. Ana Amélia votou favoravelmente ao texto, apresentado por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

— É preciso corrigir esta imperdoável falha da política de exportação e fazer justiça ao setor cultural brasileiro — justificou o senador.

Pela legislação atual, é obrigatória a dedução nos rendimentos dos artistas



nacionais que fazem shows fora do Brasil na declaração de Imposto de Renda. Com a isenção, poderão cobrar turnês em valores menores e, por consequência, haveria um incremento na contratação de shows no exterior. O projeto pode equalizar prejuízos causados a cada ano pela “invasão” de shows estrangeiros no mercado nacional.

Avaliação escolar

Também foi aprovado em votação final o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 65/11, relatado por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que amplia o conceito de avaliação escolar para além da simples avaliação de rendimento.

Outro texto aprovado em decisão final pela CE foi o PLS 151/10, que estabelece nova data para o Dia Nacional da Doação de Leite Humano, a ser comemorado anualmente em 19 de maio, e institui a Semana Nacional da Doação de Leite Humano, na semana que inclui o dia 19 de maio.

A comissão aprovou também parecer favorável ao PLC 50/08, que denomina Rodovia João Lyra Filho a BR-232, no trecho entre Recife e São Caetano, em Pernambuco.

A CE ainda aprovou requerimento de audiência apresentado por João Capiberibe (PSB-AP) para ouvir atletas brasileiros premiados nos Jogos Olímpicos de Londres.

Aloysio defende Serra para prefeito de São Paulo

“O segundo turno das eleições municipais em São Paulo apresenta mais do que dois candidatos, mas dois programas de governo e duas concepções de ação política, com formas diferentes de viver os valores republicanos e exercitar a vida democrática”, disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para o senador, o candidato do PSDB, José Serra, “ocupou bem todos os cargos públicos para os quais foi eleito e teve desempenho exemplar nos mandatos parlamentares que exerceu no Executivo, inclusive na Prefeitura de São Paulo e no governo do estado”.

Aloysio disse que a cidade não precisa apenas de um bom gestor e bom administrador, “qualidades que até os adversários reconhecem em Serra”, mas de um líder político para enfrentar problemas como a renegociação das dívidas dos municípios com o governo federal.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Para Anibal, PT frustrou expectativa do PSDB nas urnas

Ao fazer uma avaliação do primeiro turno das eleições municipais, Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que o julgamento do mensalão causou “algum estrago e muito constrangimento para o PT” nesse pleito e, ao mesmo tempo, frustrou as expectativas do PSDB.

O PT, disse, cresceu em todo o país, ao contrário do que a oposição esperava. Recebeu 17,3 milhões de votos, já conquistou no primeiro turno 626 prefeituras e é o partido que está mais presente nas disputas de segundo turno, num total de 22 municípios, de Rio Branco a São Paulo, disse o senador.

Anibal citou a capacidade do PT de se renovar e de apostar no novo, “como o povo quer”, numa postura que vem desde a escolha de Dilma Rousseff para disputar as eleições presidenciais de 2010, “uma intuição certa do ex-presidente Lula”.



Moreira Matiz/Agência Senado

Cassol destaca crescimento do PP nos municípios de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) saudou companheiros de partido que se elegeram no primeiro turno das eleições municipais e disse que a legenda cresceu em torno de 400% em Rondônia, passando para o segundo lugar em número de prefeitos no estado.

O senador explicou que muitas das cidades a serem comandadas pelo PP sofrem com a falta de energia constante, tendo em vista que se



encontram em áreas isoladas, ainda não integradas ao sistema energético nacional.

Cassol ainda registrou que o Ministério Público de Rondônia reuniu a imprensa recentemente para comunicar um “roubo” de R\$ 24 milhões da saúde no primeiro ano do governo Confúcio Moura.

— É vergonhosa a maneira como o governador do PMDB hoje comanda o estado — afirmou.

Suplicy: é acertada a decisão de dar Nobel à União Europeia

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que foi acertada a decisão de conceder à União Europeia o Prêmio Nobel da Paz.

Para o senador, a integração da Europa deve servir de exemplo para o Mercosul:

— Uma das qualidades mais importantes da Europa, importante para a realização da paz, é o fato de que hoje todos os cidadãos, de qualquer dos países europeus, podem circular livremente, sem barreiras nas fronteiras, para escolher onde trabalhar e onde viver.



Moreira Matiz/Agência Senado

Cidinho elogia professores de Mato Grosso

A passagem do Dia do Professor, 15 de outubro, foi registrada em Plenário ontem por Cidinho Santos (PR-MT).

O senador ressaltou os resultados da dedicação desses profissionais em Mato Grosso, analisando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011, do Ministério da Educação. O estado obteve a sétima maior nota do país no 5º ano e a terceira no 9º ano do ensino fundamental.

— É impossível não agradecer aos professores do meu estado — finalizou o parlamentar.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Turmas podem ter limite de alunos em sala

As turmas de pré-escola e dos dois anos iniciais do ensino fundamental deverão ter no máximo 25 alunos, segundo projeto de Humberto Costa (PT-PE) que foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Segundo o projeto (PLS 504/11), as turmas dos anos seguintes e as do ensino médio terão no máximo 35 alunos.

— O objetivo é buscar melhores condições de aprendizagem para as crianças. A relação entre professor e número de alunos incide diretamente sobre a

capacidade de aprendizagem — disse Humberto.

A comissão aprovou também o PLS 254/11, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), que determina a identificação e o atendimento dos estudantes com altas habilidades (ou superdotados).



José Sarney (C) recebe a presidente do Grupo O Povo, Luciana Dummar, e o vice-presidente, José Dummar Neto

Grupo propõe curso a distância para vereador

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a presidente do Grupo de Comunicação O Povo, de Fortaleza, Luciana Dummar. Ela propôs ao Senado

uma parceria num projeto de educação a distância desenvolvido pela Fundação Demócrito Rocha para a capacitação de vereadores. Sarney elogiou a iniciativa

e sugeriu que seja analisada pelo Interlegis e pela Unilegis, organizações do Senado dedicadas à capacitação de funcionários do Poder Legislativo.